



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia quatorze de abril de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Leci Alves Campos – Secretário Ad Hoc. O Senhor Presidente: “solicito, pela ausência do vereador Secretário Nélio Aurélio, que o vereador Leci Campos seja o Secretário nesta noite”. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Nélio Aurélio de Souza. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. O Senhor Presidente: “eu gostaria de justificar a ausência do vereador Nélio Aurélio, problemas particulares. E gostaria de solicitar ao Plenário que pelo fato de terça-feira ser feriado, que a gente antecipasse a reunião para quinta-feira. Os vereadores que concordam com a mudança do dia da reunião de terça para quinta permaneçam como estão. Aprovado por oito votos. No mesmo horário, às dezoito horas, desta semana, quinta-feira próxima, antecipar”. Em seguida, o Senhor Presidente comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia sete de abril de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Presidente: “leitura de correspondências”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, gostaria de solicitar que Vossa Excelência me permitisse ler uma correspondência em resposta ao meu requerimento de número 12/2015, da Secretaria de Segurança, Trânsito



e Transportes, que não deu tempo de a gente colocar na pauta dessa reunião”. O Senhor Presidente: “concedido”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos, Departamento de Trânsito. Em resposta à sua C.I. de número 12/2015, referente a uma faixa de espera em todos os pontos de táxi do município de Nova Lima e orientação para os motoristas de táxi, ficou assim definido: o departamento de trânsito informa que está preparando uma palestra para orientar os motoristas de táxi e em relação à faixa para a fila de espera. O Departamento de Trânsito entrou em contato com a direção da cooperativa Novatáxi, visando orientar os taxistas e dar preferência àquele que chegar primeiro e às pessoas com mobilidade reduzida, gestantes, mães com crianças de colo e idosos. Diante deste fato, colocamo-nos à vossa disposição para eventuais dúvidas. Em 25 de março de 2015. Assinaram Raquel Faria Coelho, Diretora de Trânsito e Antônio João de Moraes, Secretário Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes Públicos, a quem eu aproveito, Senhor Presidente, para agradecer pelo atendimento deste nosso requerimento”. O Senhor Presidente: “apresentação de proposições. Mais uma vez, eu terei que retirar o Projeto de Lei 1.513/2015 pelo fato de não ter duas assinaturas dos vereadores da Mesa. Este projeto é a quinta vez que ele entra nesta Casa, e é um projeto para regularizar a situação de alguns funcionários. Infelizmente, eu, como Presidente, não posso continuar com funcionários na Câmara Municipal irregulares. E eu terei que tomar outras atitudes pelo seguinte motivo, se eu continuar com funcionários aqui ilegais, eu serei punido pela justiça. E volto a frisar que é a quinta vez que eu entro com esse projeto”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, Questão de Ordem”. O



Senhor Presidente: “Questão de Ordem, vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “primeiro, eu gostaria de informar o seguinte, se o projeto não tem assinaturas suficientes, ele não poderia nem estar na pauta. Primeira coisa é essa, ele não poderia nem estar na pauta. Então, ele está entrando na pauta errado porque ele não poderia estar na pauta, não tem o número de assinaturas necessárias. Segundo, eu queria justificar a minha não assinatura nesse projeto. É um projeto da Mesa Diretora que sequer foi discutido com a Mesa Diretora. Então, mandar o projeto da Mesa Diretora na minha sala para eu assinar, sem discutir, sem me chamar para falar, pelo menos, me informar que estava sendo feito um projeto da Mesa Diretora. Então, eu não posso assinar. Então, eu quero justificar por que eu não estou assinando. Não estou assinando e não vou assinar. Não estou falando que vou votar contra o projeto, eu não vou assinar. Se é um projeto da Mesa Diretora, a Mesa Diretora tem que saber, tem que ser discutido com a Mesa Diretora, gostando ou não da Mesa Diretora, tem que ser discutido. Então, eu lamento profundamente que eu tenha que estar falando isso aqui publicamente. Eu não gostaria de estar falando isso aqui publicamente, mas tenho que falar porque eu faço parte da Mesa Diretora e sequer fui chamada para discutir esse projeto que foi confeccionado em nome da Mesa Diretora. Obrigada”. O Senhor Presidente: “eu gostaria de passar a Presidência para eu dar a minha versão. Eu coloquei este projeto novamente pelo fato de o vereador Nélio Aurélio de Souza ter prometido ao vereador André Vieira que ele assinaria essa semana. Agora, eu não sou adivinho, eu não recebi nenhuma correspondência do vereador Nélio Aurélio como ele ia faltar essa reunião. Adivinhar é impossível. Então, na reunião passada ele disse que assinaria,



na última hora não quis assinar. Então, eu não sou o culpado desse fato, é a quinta vez que dou entrada nesse projeto e quero dizer que a senhora está ciente, a senhora recebeu a cópia no seu gabinete. Então, a senhora está ciente sim...”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, o Senhor está enganado, eu não recebi a cópia não. Eu nem tenho a cópia dele até hoje. Recebi, levaram para mim e falaram ‘aqui, olha, projeto da Mesa Diretora para você assinar’. Eu não recebi cópia não. Para assinar, para assinar”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, o Senhor poderia suspender cinco minutos e a gente senta todo mundo na antessala e já resolve, já conversa, já põe essas coisas no lugar”. O Senhor Presidente: “não tem problema para mim, eu sou democrático. Eu quero é resolver o problema de irregularidades aqui dentro, que quem dá a última canetada sou eu, quem será punido sou eu. Então, não posso continuar de maneira alguma, não quero prejudicar nenhum funcionário. Aliás, este projeto está rolando aqui na Câmara há mais de dois meses. Não me interessa prejudicar nenhum funcionário aqui dentro, mas, para dizer a verdade, está tendo picuinha sobre esse projeto. Está concedido cinco minutos”. Decorridos os cinco minutos, o Senhor Presidente reabriu a reunião e solicitou a leitura da proposição que deu entrada na Casa: Projeto de Lei nº 1.514/2015, autoria do vereador Leci Alves Campos, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e dá outras providências” – Projeto Resgatando Vidas. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. O Senhor Presidente nomeou o vereador Flávio de Almeida como Presidente da Comissão de Legislação e Justiça em substituição ao autor da proposição. O Senhor Presidente: “gostaria de salientar que nós recebemos a visita nesta noite do Luiz Amaro,



conhecido vereador de Raposos como Pescoço de Peru”. O vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor consultasse o Plenário para que um projeto de minha autoria, projeto 1.515, entrasse na pauta dessa noite, por gentileza”. O Senhor Presidente: “consultar o Plenário sobre a solicitação do vereador Flávio de Almeida. É um projeto muito relevante, Projeto de Lei 1.515/2015. Se o Plenário concordar que ele entre fora de pauta permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O Senhor Secretário proferiu leitura do Projeto de Lei nº 1.515/2015, autoria do vereador Flávio de Almeida, que “Dispõe sobre a redução da carga de horário de determinados servidores públicos e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, Questão de Ordem”. O Senhor Presidente: “com a palavra a vereadora Ângela Lima”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “antes de o Senhor entrar na leitura de parecer, semana passada... Tem duas semanas que eu não toco nesse assunto, mas eu vou ser bem rápida, é sobre o projeto do Executivo, mensagem 03/2015, que trata da regularização de imóveis. Esse projeto já vai fazer noventa dias que ele está na Casa e eu gostaria de pedir novamente ao Senhor que olhasse isso com muito carinho, com muita presteza, porque são pessoas que estão necessitando de regularizar os seus imóveis. Então, eu pediria ao Senhor, juntamente com a assessoria que está tratando desse projeto, que ele fosse colocado em pauta para a gente começar a analisar o projeto porque nós vamos votar esse projeto. Então, nós precisamos de ter conhecimento desse projeto, inclusive para a gente buscar na assessoria as dúvidas que a gente tem a respeito dele. Então, dia vinte e dois agora de



abril, noventa dias e isso está trazendo transtorno para muitas pessoas do município aqui de Nova Lima. E pessoas que precisam de regularizar os seus imóveis, precisam de regularizar os seus imóveis. Então, Senhor Presidente, eu gostaria que o Senhor analisasse isso com muito carinho, principalmente conhecendo o seu espírito voltado para o povo de Nova Lima, o seu espírito de querer ajudar, principalmente aquelas pessoas que possuem baixa renda e que precisam de regularizar os seus imóveis. O Senhor que sempre defendeu aqui na Casa, e isso a gente tem que elogiar o Senhor, porque o Senhor sempre defendeu aqui na Casa, não é? A dificuldade que as pessoas têm em construir as suas casas e daí fazer os puxadinhos. Esses puxadinhos precisam de ser regulamentados para que as pessoas possam, inclusive, fazer modificações nos puxadinhos e conseguir, inclusive, financiamento para melhorar os puxadinhos e ter o imóvel no seu nome porque até então não é no seu nome. Então, pedir ao Senhor com muito carinho que o senhor olhasse isso porque nós estamos precisando muito disso aqui no município de Nova Lima. Muito obrigada, Presidente”. O Senhor Presidente: “passarei a Presidência à Vice para eu dar as minhas devidas respostas”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência e passo a palavra ao vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “realmente, nos vinte e dois anos aqui na Câmara Municipal, eu sempre defendi os mais carentes, isso é verdade. Só que eu não posso colocar um projeto que tem três versões, um projeto que setenta metros quadrados, trinta mil reais. Onde, em Nova Lima, se compra um barracão por trinta mil? Então, tem problemas nesse projeto. Recebemos algumas respostas hoje que não foram satisfatórias. Nós chegamos à conclusão que nós vamos devolver este projeto para



o prefeito para as devidas correções. Por esse motivo eu não posso colocar este projeto em pauta porque eu estaria beneficiando, principalmente, a classe rica que estão fazendo os maiores absurdos, não sou contra rico, os maiores absurdos em Nova Lima, não atendendo à fiscalização, não atendendo o projeto. Eu não posso, num projeto que... No projeto está cinco andares, o cidadão, o bonitão constrói dez. Nós temos é que consertar isso e nós vamos consertar. Então, conversei com o jurídico, nós vamos devolver para as devidas correções. E outra coisa, nós não podemos nunca votar este projeto por região. Vou citar por que motivo, simples, Pastinho, Cruzeiro, Nossa Senhora de Fátima e outros não podem ser comparados com o Padre Oswaldo Barbosa Pena. Isso aí é a minha explicação, eu não estou travando nada aqui, eu estou querendo fazer as coisas certas. Então, às vezes, eu sou mal compreendido. Eu tenho um jurídico competente, converso com eles diariamente, estou na Câmara diariamente, às vezes de manhã, à tarde e à noite trabalhando para nós... Errar é humano, mas procurar acertar. É isso que eu queria dizer. Então, essa semana aí, nós vamos devolver este projeto para o Executivo para que ele faça um estudo profundo e mande um projeto com as devidas correções. Obrigado”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, uma coisa eu não posso concordar com o Senhor, três versões do projeto, eu tenho que falar com o Senhor que o prefeito está ficando doido porque só pode protocolar uma versão. Ele não deve ter protocolado três versões, se ele protocolou três versões, ele está maluco. Então, eu lembro que nós protocolamos uma versão só. Então, eu acho que três versões para mim não diz nada porque nós temos uma versão protocolada na Casa. Segundo, tudo isso que o Senhor está falando é correto, tudo isso



que o Senhor está falando é correto, mas nós enquanto vereadores temos que discutir isso, nós é que temos que discutir. Nós é que vamos saber se, realmente, o Oswaldo Barbosa Pena tem que ser penalizado, nós é que vamos saber se estão fazendo seis, dez, vinte andares, mas somos nós que temos que decidir, nós é que temos que decidir. Então, tem que discutir com o vereador sim. A assessoria... Que me perdoe a assessoria jurídica, certo? Que me perdoe a assessoria jurídica, ela está aqui para orientar os vereadores, das dúvidas que a gente tiver quanto ao projeto. Então, enquanto o projeto não estiver sendo discutido na Casa, nós não vamos poder, infelizmente, dizer se ele tem problema ou não porque pode ser um problema para o jurídico, mas pode ser um problema que não é um problema para o vereador. É a Câmara que decide. Então, é isso que eu estou falando, é isso que eu estou esclarecendo. Mas é a última vez que eu falo isso aqui na Casa, é a última vez que eu falo isso aqui na Casa sobre esse projeto. É a última vez, isso eu prometo para o Senhor que é a última vez que eu falo isso aqui na Casa. Obrigada, Presidente”. O Senhor Presidente: “no dia que a senhora se ausentou da reunião, nós provamos que não o prefeito, a assessoria do prefeito mandou aqui três versões. Todos nós vimos isso aí”. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura do Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.512/2015, que “Dá denominação a logradouro público que menciona e contém outras providências” – Rua Eustáquio Castilho Cardoso. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu vou fazer a leitura do parecer... este aqui já foi lido, assessora, tem mais um outro projeto, é o do... Ah, não, esse aqui não vai ler porque o vereador não está presente”. Dando





continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 302/2015, que “Concede Título de Cidadão Honorário de Nova Lima ao Sr. Geraldo Pereira de Souza”. Em primeira e única votação, aprovado por nove votos e encaminhado à promulgação. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, queria só agradecer os nobres companheiros. Eu acredito que a homenagem é justa por se tratar de uma pessoa respeitada, conceituada na nossa cidade. E a votação é importante porque divide esta homenagem com toda Casa, o reconhecimento do nosso amigo Sr. Geraldo. Agradeço a todos”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu só queria registrar a presença aqui, que fiquei muito feliz hoje, nas nossas galerias, as jornalistas Júlia Leal e a Júnia Rodrigues da TV Banqueta. Sejam bem-vindas. São grandes profissionais que estão fazendo um trabalho muito bom em Nova Lima, Raposos e Rio Acima. Obrigado, Presidente”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que seja colocada cláusula de emplacamento de veículos na cidade, daqueles que são de propriedade dos prestadores de serviços públicos, em contratos com prazo de duração acima de 01 ano. Aprovado, nove votos. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal que seja implantada nos imóveis de propriedade do município ou por ele alocados, campanha de controle de energia elétrica. Aprovado, nove votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal o andamento do cumprimento da lei nº 2476 de 20/10/14, que dispõe sobre a retirada de veículos abandonados nas ruas do município. Aprovado, nove votos. 4) De autoria do



vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a iluminação da Rua Castor Cifuentes, próximo ao nº 769, Bairro Parque Aurilândia. Aprovado, nove votos. 5) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer ao Senhor Prefeito Municipal a limpeza da Praça Expedicionário Assunção em frente ao Senai, Centro. Em discussão, o Senhor Presidente passou a Presidência à Vice. O vereador José Guedes: “eu tenho que discordar do meu colega Alessandro Bonifácio quando ele diz que ali é uma Praça do Senai, Praça Expedicionário. Aquilo não é uma praça, é um calçamento que custou em torno de um milhão de reais. E este vereador bateu o tempo todo no Ministério Público para que fosse marcada uma audiência para as devidas explicações. Esta praça teve três problemas de afundamento, não da praça, do calçamento, porque ali era um estacionamentozinho com calçamento, que o empreiteiro na época da audiência, a Promotora perguntou para ele porque tinha causado tantos transtornos, um custo tão alto e porque o afundamento. Ele alegou que era pelo trânsito pesado de caminhões carregados. E, para o meu espanto, passada uma semana, a prefeitura foi lá e colocou duas balizas. Depois de colocado só para automóveis pequenos, teve afundamento a segunda vez. Passa lá é barro para todo lado, uma praça que custou quase um milhão de reais; dizem praça, para mim não é praça. Para o meu espanto, teve uma audiência há uns seis meses atrás, quando compareceu o vereador José Guedes que é o autor das denúncias, ingressei na justiça contra o ex-prefeito Carlos Roberto Rodrigues pelos abusos que aconteceram aqui no nosso município de obras superfaturadas. Então, a Promotora pediu que, se eu concordasse com a perícia. Eu concordei porque o José Agnaldo na audiência ele disse que a prefeitura contratou os bloquetes de dez



centímetros e ele tinha colocado de seis. Então, eu não posso ficar calado nesta noite quando diz praça. Então, aquilo ali foi um dos maiores absurdos que teve em Nova Lima. Ali tem que passar um trator e, realmente, fazer uma praça para honrar o nome da pessoa que foi homenageada com aquele nome da praça antiga, porque antigamente tinha uma praça arborizada. Então, para o meu espanto, o Ministério Público disse para mim que a perícia teria a resposta em quinze dias. É lógico que eu aceitei porque eles vão encontrar um dos maiores absurdos em Nova Lima, e até hoje nada. Então, a gente procura fazer a nossa obrigação, fiscalizar, não é só eu, vários vereadores fiscalizam, cumprem sua obrigação, mas eu fiquei decepcionado com principalmente este ato que aconteceu. E quero dizer que eu, nesta Câmara Municipal, já requeri, não obtive êxito total, seis CPI's na minha longa trajetória aqui na Câmara. E, se for necessário, vou continuar requerendo CPI's porque é a nossa obrigação. Não vou alongar mais, eu consegui no mandato do ex-prefeito em oito anos, eu consegui dois sucessos com minhas entradas no Ministério Público. Acho que fiz em torno de doze processos contra o ex-prefeito, mas obtive dois e, realmente, ele foi punido. Então, eu não quero alongar, aquilo ali não é praça, vamos falar, vamos falar dizer a verdade, é um calçamento que custou em torno de quase um milhão, isso eu não posso concordar e ficar calado. Obrigado". O Senhor Presidente reassumiu a Presidência. O vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente, eu tinha até pedido a palavra enquanto a vereadora Ângela era Presidente porque nesse momento a gente se iguala, o Presidente vira simples vereador, mas devolveu a Presidência para ele, então, deixa eu continuar. Vou até fazer o papel, aqui hoje, de líder e dizer que quando diz dos oito anos de governo



petista, foi um dos maiores governos que esta cidade teve. E digo por sinal que foi um dos únicos governos voltado para a população carente da cidade, um governo que realmente distribuiu renda. Quando a gente diz sobre uma praça, a gente não pode culpar o prefeito porque tem um buraco na praça, é até injusto. E na época, realmente, houve o trânsito de caminhão mesmo, colocou depois as cancelas dividindo para trânsito leve. Agora, a gente não pode simplesmente pegar hoje um ex-prefeito... Eu tenho como base o que eu faço, eu respeito o ex-prefeito Vítor, eu respeito o ex-prefeito Ronaldes. Existem erros em todos os governos, mas se colocar os acertos do governo petista nesta cidade, ele fez história, só que a história da população carente, aquela que nunca teve um prefeito voltado para ela. Então, é só colocar a diferença de um governo petista, o que faz, o que fabrica, o que constrói para um povo mais carente, de um governo que simplesmente agia para os condomínios e para os mais ricos. Então, a defesa, Senhor Presidente, ela não é contra aquilo que o senhor acredita, contra as ações não. A gente entra com uma ação no Ministério Público, o Ministério Público depois ele vai definir e cabe a nós, aquele que fez a denúncia, esperar ou aguardar uma decisão porque senão além do outro sofrer a acusação e esperar um julgamento, ele ainda sofre a nossa denúncia, o de falar enquanto está sendo filmado. Aí fica muito ruim porque mesmo que o outro seja absolvido, nós já colocamos a imagem dele para a população nova-limense. Então, é só dizer que, enquanto governo, o nosso partido fez a diferença que nós fizemos para o mais carente. Obrigado”. Requerimento aprovado por nove votos. 6) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer ao Chefe do Poder Executivo solicite à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Transportes



Públicos para que sejam feitas fiscalizações constantes pela Guarda Civil Municipal, através do setor que cuida do trânsito, na esquina da Avenida José Bernardo de Barros com Rua Antônio Manoel, local onde fica situado o Supermercado BH. Em discussão, o vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu quero cumprimentar a vereadora Ângela Lima pela iniciativa deste requerimento. Vereadora, a senhora relatou direitinho o que acontece naquele lugar. É uma tristeza porque Nova Lima é uma cidade que tem as ruas muito curtas, uma cidade que não foi feita para ter o trânsito que tem hoje. Mas ali não, ali é diferente, ali é uma avenida planejada que tem um espaço muito grande, mas que, infelizmente, as pessoas têm que disputar o trânsito ali. E aquilo não é perigoso só para o pedestre não. Imagina o que é você sair na rua, dirigindo um carro e, de repente, você atropela uma pessoa, a coisa mais desagradável do mundo. Então, eu penso e quero aqui parabenizar pela ação do seu requerimento que é muito válido e necessário. Voto a favor com louvor. Aprovado, nove votos. 7) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família da Sra. Maria Dores Cardeal pelo falecimento de seu irmão Sr. José Evangelista Cardeal, no dia 08 de abril de 2015. Aprovado, nove votos. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, o senhor me autoriza fazer uma Moção de Pesar?”. O Senhor Presidente: “perfeitamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu, como Conselheira do Instituto Nova-limense de Estudos do Sistema Penitenciário, do qual o nosso Juiz de Direito, Dr. Juarez, é o Presidente; hoje nós perdemos um Conselheiro que é o Dr. Celso Magalhães Pinto. É um criminalista, professor, uma pessoa íntegra e que estava prestando serviços aqui conosco no INESP,



dentro do Observatório de Vitimologia. Então, eu gostaria que esta Casa pudesse enviar à família do Dr. Celso Magalhães Pinto uma Moção de Pesar pelo seu falecimento”. Aprovado, nove votos. O vereador Gilson Antônio Marques: “Senhor Presidente, eu também gostaria de pedir permissão para fazer duas moções de pesares”. O Senhor Presidente: “concedido”. O vereador Gilson Antônio Marques: “eu queria que esta Casa enviasse Moção de Pesar pelo falecimento da Sra. Nerilza, do Bairro Santa Rita, Avenida Antônio de Paulo Santos. O restante dos dados amanhã minha assessora traz para o Diego. Também, na mesma... Vai aprovar cada um ou posso fazer os dois juntos?”. O Senhor Presidente: “aprovar um e depois o outro”. Aprovado, nove votos. O vereador Gilson Antônio Marques: “quero só corrigir aqui, é à família porque ela já foi. E também à família da Sra. Nelita, moradora da Rua Seis, a mesma rua que eu morei durante muitos anos, também do Bairro Santa Rita. Maiores informações também a secretária traz amanhã”. Aprovado, nove votos. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declarou encerrada a reunião. \_\_\_\_\_